

Sul América Odontológico S.A.

CNPJ 11.973.134/0001-05

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Odontológico S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma essas demonstrações financeiras, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o intuito de uniformizar o método de divulgações da demonstração do fluxo de caixa, que é requerido o método direto nas informações trimestrais encaminhadas a ANS, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa, para fins de divulgação das suas demonstrações financeira anuais, também pelo método direto. **1. Conjuntura econômica:** Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravando a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para a retomada do crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injeção de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, avançando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se

Relatório da Administração

intenso processo de desinflação na economia, dando mais consistência à recuperação. A inflação brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituindo na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação correndo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de 2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsionada pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuário e pela retomada de projetos de infraestrutura paralisados. Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas. As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário advêm dos resultados das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas. **2. Principais informações financeiras:**

Resultado (R\$ milhões)	2017	2016	Δ
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	106,1	109,6	-3,2%
Eventos indenizáveis líquidos	(44,7)	(61,6)	27,4%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	61,4	48,0	27,9%
Resultado bruto	65,2	44,0	48,3%
Resultado financeiro líquido	6,4	7,2	-11,0%
Resultado antes dos impostos e participações	48,9	28,0	74,6%
Resultado líquido	32,7	18,2	79,8%

3. Comentário sobre o desempenho: No ano de 2017, a receita das contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde foi de R\$106,1 milhões, 3,2% abaixo do apurado em 2016. Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram uma despesa de R\$44,7 milhões em 2017, 27,4% abaixo do reportado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante	–	66.257	64.194	Circulante	–	17.756	31.771
Disponível	–	406	173	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	9.494	14.637
Realizável	–	65.851	64.021	Provisões de contraprestações	–	1.226	1.505
Aplicações financeiras	5	55.041	53.146	Provisão de contraprestação não ganha	–	1.226	1.505
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	–	15.053	15.373	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	2.419	2.296
Aplicações livres	–	39.988	37.773	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	–	5.849	10.836
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	3.315	2.497	Débitos de operações de assistência à saúde	–	1.516	2.163
Contraprestação pecuniária a receber	–	3.315	2.497	Contraprestações a restituir	–	–	5
Despesas diferidas	–	2.996	4.172	Comercialização sobre operações	–	164	918
Créditos tributários e previdenciários	7,1	4.389	4.095	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	1.352	1.240
Bens e títulos a receber	–	110	111	Débitos com operações assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	110	354
Não circulante	–	33.702	37.634	Provisões	–	735	1.676
Realizável a longo prazo	–	2.689	7.241	Provisão para IR e CSSL	–	729	1.671
Créditos tributários e previdenciários	7,2	384	611	Provisões para ações judiciais	13,2	6	5
Despesas de comercialização diferidas	–	1.270	2.945	Tributos e encargos sociais a recolher	10	1.966	1.712
Ativo fiscal diferido	7,2	1.026	3.653	Débitos diversos	11	3.935	11.229
Depósitos judiciais e fiscais	13	9	32	Não circulante	–	209	774
Imobilizado	–	74	60	Provisões	–	199	558
Não hospitalares / Odontológicos	–	74	60	Provisões para ações judiciais	13,2	199	558
Intangível	8	30.939	30.333	Tributos e encargos sociais a recolher	10	10	216
Total do ativo		99.959	101.828	Tributos e contribuições	13,2	10	216
				Patrimônio líquido	–	81.994	69.283
				Capital social	14	40.251	40.251
				Reservas	–	41.743	29.032
				Reservas de lucros	–	41.743	29.032
				Total do passivo		99.959	101.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2016	40.251	1.549	13.614	15.163	–	55.414
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	18.189	18.189
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	–	909	–	909	(909)	–
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,11 (em reais) por ação	–	–	–	–	(4.320)	(4.320)
Constituição de reserva estatutária	–	–	12.960	12.960	(12.960)	–
Saldos em 31/12/2016	40.251	2.458	26.574	29.032	–	69.283
Saldos em 01/01/2017	40.251	2.458	26.574	29.032	–	69.283
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	32.711	32.711
Dividendos intermediários na proporção de R\$0,49 (em reais) por ação	–	–	(20.000)	(20.000)	–	(20.000)
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	–	1.636	–	1.636	(1.636)	–
Dividendos intermediários na proporção de R\$0,49 (em reais) por ação	–	–	20.000	20.000	(20.000)	–
Constituição de reserva estatutária	–	–	11.075	11.075	(11.075)	–
Saldos em 31/12/2017	40.251	4.094	37.649	41.743	–	81.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(em milhares de reais, exceto onde mencionado).

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA ODONTOLÓGICO S.A., denominada (Companhia), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/05/2010, domiciliada no Brasil, com sede na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 7º andar, Ala Sul e 11º andar, Pinheiros, no estado de São Paulo. A Companhia foi adquirida em 02/08/2010 pela Sul América Companhia de Seguro Saúde, tendo como objeto social principal a operação de planos privados de assistência à saúde odontológica, conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 24/01/2011. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA SAÚDE), com 100% de ações ordinárias e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA). A SASA é uma Companhia de capital aberto controlada pela Sulaspar Participações S.A., com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total, e publicou em 28/02/2018 no jornal Valor Econômico o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Nessas demonstrações financeiras, o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o intuito de uniformizar o método de divulgações da demonstração do fluxo de caixa, que é requerido o método direto nas informações trimestrais encaminhadas à ANS, a Companhia passou a adotar a demonstração do fluxo de caixa, para fins de divulgação das suas demonstrações financeiras anuais, também pelo método direto. **3. Comentários da Administração:** manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2018. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo sob a abordagem de custo (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações emitidas são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se tratam de contratos com preços pré-estabelecidos; • Os agenciamentos de seguros e os custos diretamente relacionados ao processo de angariação são registrados como despesas de comercialização diferidas, e são amortizados pelo prazo máximo de 36 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa, considerando a data de apresentação das mesmas pelo valor justo, acrescido dos custos das realizações. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários não são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das realizações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável:** Ativos financeiros (incluindo contratos de seguros) são avaliados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, desconstrução da operação da atividade em que a Companhia investe, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. A redução ao valor recuperável é constituída com base nas contraprestações pecuniárias vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisitos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de não o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor de venda ou seu valor líquido de determinação, que compreende o despesa de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos decorre do estabelecimento inicial, desses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, com base nos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 1 ano. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar valores recebíveis e estabelecido inicialmente, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.6.1. Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PCP/NG):** A PCP/NG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios de contribuição comercial, multiplicados pelo período de vigência a decorrer das operações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.6.2. Provisões técnicas de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNP (Incurred But Not Paid), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com vendas e seu valor líquido de determinação, que compreende o despesa de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.7. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas e processos judiciais relacionados com tributos e valores mobiliários. As provisões são calculadas pelo valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada por consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia. **3.7.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é

cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desempenho financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores históricos de perda. Os casos de perda provável são atualizados mensalmente pelo índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários. Os depósitos judiciais são reconhecidos em rubrica própria, assim como as trabalhistas, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. Os dividendos são reconhecidos quando a Companhia aprova a distribuição de lucros e a distribuição de lucros é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é recon

continuação

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos dessas oscilações no resultado e no patrimônio líquido.

continuação	Sul América Odontológico S.A. CNPJ 11.973.134/0001-05
Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. Conselheiros: Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretoria: Diretor-Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretores Vice-Presidentes: Marco Antonio Antunes da Silva; e Maurício da Silva Lopes. Diretores(as): Erika Fuga Rossi; Fabiane Reschke; Laenio Pereira dos Santos; Paulo Ricardo Brustolin da Silva; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; e Tereza Villas Boas Veloso. Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. Atuária: Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
<p>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Odontológico S.A. São Paulo – SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Odontológico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Odontológico S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. * Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018</p> <p>DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5</p>	

Deloitte.

TUCANO

FHC defende a criação de um ambiente “mais favorável” para as privatizações

Segundo o ex-presidente pelo PSDB, no entanto, os políticos ainda precisam melhorar a mensagem a ser transmitida para a população nesse sentido, uma vez que o brasileiro médio é avesso ao tema

A operação Lava Jato e as demais investigações que se debriçam sobre a corrupção que se instalou entre o poder público e o privado no Brasil devem favorecer a criação de um ambiente mais favorável às privatizações e concessões no país, afirmou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, no entanto, os políticos ainda precisam melhorar a mensagem a ser transmitida para a população nesse sentido, uma vez que o brasileiro médio é avesso ao tema.

“Colocar (hoje) a privatização da Petrobras é querer levar bala, todos são contra”, disse FHC, ressaltando, contudo, que existem setores da estatal petrolífera que podem ser vendidos à iniciativa privada. Segundo ele, é necessário evitar que as agências reguladoras, que fiscalizam as concessões e privatizações do governo, sejam capturadas, seja por interesses políticos, seja das empresas ou mesmo dos sindicatos. “Quando não tem regulação, faz-se uma coisa selvagem”, disse.

A fala de FHC faz eco com a do governador de São Paulo e pré-candidato tucano à Presidência, Geraldo Alckmin, que no início do mês defendeu em evento do setor de construção civil que “muitos seto-

res da Petrobras devem ser privatizados”. Na semana passada, o tucano disse ser favorável às privatizações de estatais brasileiras, desde que o processo seja amplamente fiscalizado e embasado por um marco regulatório robusto.

O ex-presidente, que participou do Fórum Estadão: A reconstrução do Brasil, organizado pelo jornal O Estado de S. Paulo, destacou que as medidas no governo Michel Temer “estão caminhando” e que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, se cercou de gente competente.

A despeito disso, assegurou que a população não sentiu melhorias “Tá caminhando. O povo sentiu isso? Não sentiu, falta elo de participação”, disse Fernando Henrique.

Durante o debate, ele destacou que o trabalho da Operação Lava Jato é importante para recuperar o sentido da moralidade pública e que o sentimento de descrédito com a política vai influenciar nas eleições presidenciais. Lembrou também que a corrupção foi identificada não apenas no setor público, mas também nas empresas privadas.

Ainda sobre as eleições, o tucano declarou não estar claro o que vai acontecer sem a tradicional polarização PT-PSDB, que dominou

“*Como venho dizendo há muito tempo, temos que combater o tráfico de maneira diferente*”

as eleições desde 1994. “Não tenho bola de cristal”, afirmou.

O ex-presidente da República declarou ainda que foi pressionado diversas vezes durante seus oito anos de mandato a autorizar uma intervenção federal na segurança pública dos Estados, mas que resistiu à possibilidade justamente porque a medida impede a aprovação de emendas constitucionais.

O tucano não quis opinar sobre a necessidade de uma intervenção do tipo no Estado do Rio, mas disse que o enfrentamento do tema passa pelo combate à corrupção nas forças policiais e também por medidas que possam integrar as polícias militar e civil.

FHC defendeu ainda uma nova forma de enfrentar a questão das drogas no país. “Como venho dizendo há muito tempo, temos que combater o tráfico de drogas de maneira diferente, não apenas de forma repressiva”, disse, acrescentando que o

combate ao tráfico de armas - que é o que possibilita às facções criminosas o controle de grandes áreas nas cidades brasileiras -, precisa ser feito de maneira igualmente prioritária.

Questionado sobre a decisão do governo Michel Temer de colocar um militar no comando do Ministério da Defesa, Cardoso afirmou que, no passado, a nomeação de um civil para a pasta era um ato simbólico, que mostrava qual poder prevalecia. “Agora, não acho que exista mais essa questão. Tem que ver qual é mais eficiente”, ponderou.

O ex-presidente avaliou no entanto, que é um expediente tradicional dos governos na América Latina recorrer aos militares quando sentem que sua autoridade está vacilante. “Governos, sobretudo quando não são fortes, apelam para os militares, que têm estrutura com hierarquia”, disse.

FHC defendeu também que ex-presidentes não par-

ticipem de novas eleições no país. Ao falar sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tenta reverter condenação em segunda instância e estar no pleito, o tucano repetiu que gostaria de ver o petista “derrotado” nas eleições.

“Não é saudável que um antigo presidente queira voltar a ser presidente”, disse. Para ele, ou se estabelece um mandato presidencial de seis anos ou se permite a reeleição. “Em quatro anos não se faz nada de duradouro.”

Declarando que nunca capitaneou nenhuma tentativa de voltar ao poder, ele afirmou que um presidente tem o direito de buscar reeleição e “não mais” mandatos depois disso, como normalmente ocorre nos Estados Unidos. Ao falar de Lula, FHC disse que o petista mantém o controle no partido, diferente dele, que não influenciava nas decisões partidárias do PSDB, conforme alegou.

Apontado como um dos responsáveis por “cristianizar” a pré-candidatura do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), ao Planalto ao ter incentivado nomes com Luciano Huck, Fernando Henrique afirmou que o governador paulista tem condições de vencer a eleição. “Penso que tem chance de ganhar, não estou em um comício

dizendo que vai ganhar. Depende do desempenho que tiver”, afirmou.

Ele negou ter incentivado candidaturas de Huck, do empresário Flávio Rocha e do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad. Ao falar do petista, chegou a falar que Haddad é seu candidato no PT, em provocação ao ex-presidente Lula.

Ao comentar sobre outros pré-candidatos à Presidência da República, o tucano declarou que não sabe se o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) “tem pensamento” e que o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) demonstra não ter rumo definido ao ter mudado constantemente de partido nos últimos anos.

“Bolsonaro simboliza o autoritarismo que cresce em função da violência. Ele aparece como força que quer ordem, mas não tem pensamento liberal, não sei se tem pensamento”, disse FHC. Ele afirmou duvidar que um candidato “reacionário” como Bolsonaro encontre quantidade de votos suficientes para ser eleito.

Sobre Ciro Gomes, Fernando Henrique afirmou que o ex-ministro cresceu sendo iconoclasta e que ele é muito “instável” do ponto de vista político. Para FHC, Ciro faz um jogo de ir contra qualquer pessoa que “manda” nos partidos em que fez parte.

ESTATAIS

Fitch rebaixa ratings a ‘BB-’ da Petrobras e da Eletrobras

A agência de classificação de risco Fitch rebaixou, de BB para BB-, o rating em moeda estrangeira da Petrobras, modificando também a perspectiva da nota da companhia de negativa para estável.

A Fitch rebaixou também, de BB- para B+, o rating em moeda estrangeira da Eletrobras, modificando também a perspectiva da nota da companhia de negativa para estável. Os rebaixamentos ocorrem quatro dias depois de mais um downgrade da nota brasileira pela Fitch.

Na sexta-feira, a agência de classificação de risco modificou a nota brasileira de BB para BB- devido à piora fiscal do país e a dificuldade do governo em implementar a reforma da Previdência.

POTÊNCIA

Câmara Brasil - China e consolida investimentos e parcerias no RJ

Considerada uma das maiores potências do mundo, a China deu uma grande passo não só para estreitar passos com o mercado brasileiro, mas também para gerar novos cenários, com desenvolvimento socioeconômico. Ao todo, serão liberados R\$ 35 milhões pela China ao Brasil neste ano e uma das áreas mais beneficiadas para receber verbas chinesas será a Baixada Fluminense. Inaugurada ainda na semana passada no Rio de Janeiro, a Câmara de Comércio de Desenvolvimento Internacional Brasil - China (CCDIBC) já firmou um termo para implantação de projetos em Japeri,

na Baixada Fluminense, que não só vão promover uma reestruturação econômica da cidade como também de toda Baixada Fluminense.

A agenda já havia sido negociada, em uma reunião do banco do Bries (grupo de países formado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul), onde o empresário e hoje presidente da CCDIBC no Rio, Henrique Barack Obama, apresentou 16 projetos para trazer recursos e melhorias ao estado, muitos deles já foram aprovados pelo país asiático.

Na lista, estão projetos de 5G, nanotecnologia, Faculdade de Medicina com implantação de hospital uni-

versitário para atendimento à demanda carente da Baixada do RJ com medicina preventiva que une os conhecimentos ocidentais e orientais, fábrica de biocombustível que usará óleo de cozinha, logística reversa, galpão de e-commerce, um pólo de criação para indústria audiovisual (incluindo jogos eletrônicos), shoppings, Complexo Petroquímico e terminal portuário (porto do Açu) e fábrica de carros elétricos. “Sustentabilidade estará presente na nossa pauta e trará vantagens sociais para regiões estratégicas. O Estado terá o primeiro município a trocar lixo reciclado por minutos de banda larga. Só

na fábrica (de biocombustível), que vamos instalar em Japeri, deverão ser gerados 5 mil postos de emprego em um prazo de seis meses. A unidade entra em funcionamento já em 15 dias”, enumera Henrique Barack Obama, que ainda lembra que ao envolver recursos da iniciativa privada, torna as ações sustentáveis para os cofres públicos .

Henrique Barack Obama ainda ressalta que instalará fábrica de fibra ótica, que será a primeira da América Latina a usar nanotecnologia. “Essa é uma das prioridades, pois estudos apontam que se não for enterada toda fiação que temos, no máximo, em três anos,

teremos um apagão tecnológico”, completa o presidente da CCDIBC-RJ.

O presidente da Câmara de Comércio de Desenvolvimento Internacional Brasil - China, em São Paulo, o chinês Fábio Hu Chin, confirma o interesse da China no território e mão de obra brasileira. “Também identificamos regiões como Nordeste, Sul e Centro-Oeste como detentoras de grande potencial para acordos conosco . Acabamos de comprar o terminal mais importante do Porto de Paranaguá, no Paraná, e temos US\$ 2,8 bilhões para investir por aqui através da Câmara Brasil e China”, conclui Hu Chin.